



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INCLUI-SE EM PAUTA DA ORDEM DO DIA

EM, 20 / 11 / 2018

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ENCERRADA A DISCUSSÃO ÚNICA - APROVADA VOTAÇÃO ÚNICA
AO DEL PARA EXTRAÇÃO DO AUTÓGRAFO

Em, 20 / 11 / 2018

Presidente da CMV

Ao Sr.(Sra.), Pedro Endlich Santos
Para extração do Autógrafo de Lei e
encaminhamento ao Executivo Municipal.

Em 22 / 11 / 2018

[Assinatura]
Diretor DEL

ASSOCIADO AO SERVIÇO DE
PÚBLICA DE
ASSOCIADO AO SERVIÇO DE

ASSOCIADO AO SERVIÇO DE

ASSOCIADO AO SERVIÇO DE

Matéria : Projeto de Lei nº 02/2017
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Reunião : 117ª Sessão Ordinária
Data : 20/11/2018 - 19:02:52 às 19:03:30
Tipo : Nominal
Turno : Ata
Quorum :
Total de Presentes : 14 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
35	Cleber Felix	PRCG	Sim	19:03:09
33	Dalto Neves	PTB	Não Votou	
17	Davi Esmael	PSB	Sim	19:02:56
29	Denninho Silva	PPS	Sim	19:03:04
7	Fabricio Gandini	PPS	Sim	19:03:07
30	Leonil	PPS	Sim	19:02:55
24	Luz Paulo Amorim	PV	Sim	19:03:02
9	Max da Mata	PSDB	Não Votou	
32	Mazinho dos Anjos	PSD	Sim	19:03:04
31	Nathan Medeiros	PSB	Sim	19:02:57
11	Neuzinha	PSDB	Sim	19:03:00
34	Roberto Martins	PTB	Sim	19:03:24
28	Sandro Parrini	PDT	Sim	19:02:58
21	Vinicius Simões	PPS	Não Votou	
20	Wanderson Marinho	PSC	Sim	19:03:01

Totais da Votação :

SIM
12

NÃO
0

TOTAL
12

PRESIDENTE

SECRETARIO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OF.PRE. AUT. Nº 318

Vitória, 26 de Novembro de 2018.

Assunto: **AUTÓGRAFO DE LEI**

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a Vossa Excelência o **Autógrafo de Lei nº 11.095/2018, referente ao Projeto de Lei nº 02/2017, de autoria do Vereadora Neuzinha de Oliveira**, aprovada em Sessão Ordinária realizada no dia 20 de Novembro de 2018.

Atenciosamente,



Vinícius Simões
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal de Vitória
NESTA

Proc. Nº336/2017 - CMV/DEL

Processo **6942381/2018** Prioridade **EXPRESSA**
Data: 27/11/2018 Hora 17 13
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL
Assunto: AUTÓGRAFO DE LEI



Prefeitura Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

SEGOV/494

Vitória, 13 de dezembro de 2018


Senhor Presidente:

Encaminhado através do Ofício nº 318/18, dessa Presidência, cientifiquei-me do Autógrafo de Lei nº 11.095/2018, originário do Projeto de Lei nº 07/2017, de autoria da Vereadora Neuza de Oliveira, que determina a divulgação de informações contratuais nas peças publicitárias de Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Em conformidade com o Parecer nº 1998/18, da Procuradoria Geral do Município, anexo, veto a matéria em sua totalidade, usando da competência que me é delegada no Art. 113, inciso IV, e na forma do que dispõe o § 2º, do Art. 83, da Lei Orgânica do Município de Vitória.

Renovando meus protestos de consideração para com os postulantes dessa Egrégia Casa de Leis, espero o apoio para manutenção do veto apostado.

Atenciosamente,


Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal

Processo: 0/2018
Tipo: Documento: 769/2018
Área do Processo: Administrativa
Data e Hora: 13/12/2018 17:48:14
Procedência: Prefeitura Municipal de Vitória
Assunto: Veto ao Projeto de lei 07/17 da vereadora Neuzinha.

Exmo.Sr.

Vereador Vinicius José Simões

Presidente da Câmara Municipal de Vitória

Nesta

Ref.Proc.6942381/18

336/17



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER Nº 1998/2018

Processo nº: 6942381/2018

Requerente: Câmara Municipal de Vitória

Secretaria Consulente: SEGOV

Assunto: Autógrafo de Lei

À SEGOV/SUB-RI,

Sr. Subsecretário,

RELATÓRIO

Os autos vieram a esta Procuradoria para análise e manifestação jurídica em face do AUTÓGRAFO DE LEI Nº 11.095/2018, referente ao Projeto de Lei nº 02/2017, de autoria da vereadora Neuzinha de Oliveira, aprovado em sessão realizada no dia 20 de novembro de 2018, constante de fls. 02, cuja ementa é a seguinte: "Determina a divulgação de informações contratuais nas peças publicitárias de administração pública municipal direta e indireta."

É o breve relatório.

FUNDAMENTAÇÃO e CONCLUSÃO

Trata-se de proposta legislativa que visa obrigar o município de Vitória a divulgar informações contratuais nas peças publicitárias de administração pública municipal direta e indireta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Entretanto, a proposta é oriunda de membro do Poder Legislativo e versa sobre matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conferindo atribuição à Secretaria Municipal de Gestão Estratégica.

O art. 113 Incisos I e V alínea "a" da LOMV dispõe acerca da competência privativa do prefeito municipal exercer a direção superior da administração municipal, dispondo mediante decreto acerca da organização e funcionamento da administração municipal.

Assim, verifica-se que ao obrigar o município de Vitória, a divulgar as informações contratuais nas peças publicitárias de administração pública municipal direta e indireta, determina a forma de agir da Secretária Municipal de gestão estratégica e claramente adentra nas atribuições do Poder Executivo, assunto que compete exclusivamente à administração pública.

Acerca da inconstitucionalidade contida no Autógrafo de Lei, vejamos a título ilustrativo os seguintes arestos:

"É indispensável a iniciativa do chefe do Poder Executivo (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC 32/2001, por meio de decreto) na **elaboração de normas que de alguma forma remodelam as atribuições de órgão pertencente à estrutura administrativa de determinada unidade da Federação.**" (ADI 3.254, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 16-11-2005, Plenário, DJ de 2-12-2005.) (grifamos)

"Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 6.835/2001 do Estado do Espírito Santo. Inclusão dos nomes de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes no Serasa, Cadin e SPC. Atribuições da Secretaria de Estado da Fazenda. Iniciativa da Mesa da Assembleia Legislativa. Inconstitucionalidade formal. A Lei 6.835/2001, de iniciativa da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, cria nova atribuição à Secretaria de Fazenda Estadual, órgão integrante do Poder Executivo daquele Estado. À luz do princípio da simetria, **são de iniciativa do chefe do Poder Executivo estadual as leis que versem sobre a organização administrativa do Estado, podendo a questão referente à organização e funcionamento da administração estadual, quando não importar aumento de despesa, ser regulamentada por meio de Decreto do chefe do Poder Executivo** (...). Inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa da lei ora atacada." (ADI 2.857, Rel. Min. Joaquim Barbosa, julgamento em 30-8-2007, Plenário, DJ de 30-11-2007.) (grifamos)



09

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Sobre tal espécie de inconstitucionalidade, releva trazer à colação o ensinamento de José Afonso da Silva :

"O Prefeito é o chefe da Administração local, integrando as suas atribuições, dentre outras, a função organizatória, que "se reveste de características essencialmente política, no sentido alto de aparelhamento dos meios necessários à consecução dos fins coletivos, sendo, por isso, em suas diretrizes básicas, de natureza executiva" (cf. José Afonso da Silva, em "O Prefeito e o Município", Fundação Prefeito Faria Lima, 2º ed., pp 134/143).

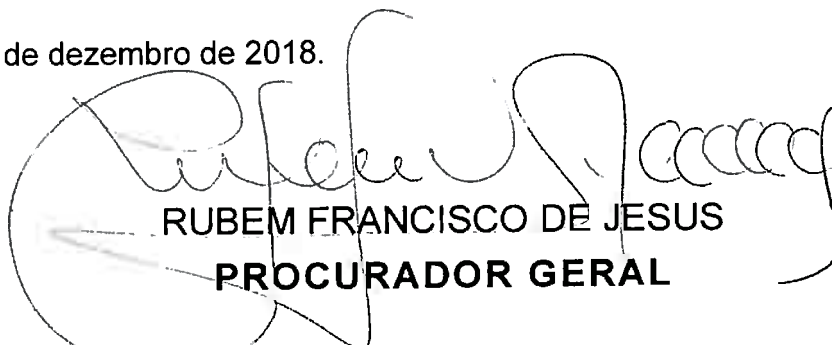
A proposta de lei em tela não pode ser originada no Poder Legislativo, por constituir atribuição exclusiva do Chefe do Executivo. Com a invasão de competência o ato normativo apresenta vício de inconstitucionalidade formal.

A SEGES alerta para o fato de que a referida norma acarreta custos altíssimos de criação e veiculação, inviabilizando a execução de campanhas publicitárias pela administração municipal; e que a Prefeitura de Vitória já cumpre, na forma da Lei Complementar 131 (Lei da Transparência), com a disponibilização pública de todas as informações sobre o contrato de publicidade, seus referidos valores, fonte de custeio, gastos de criação, veiculação e identificação de fornecedores, dentre outros.

Desta feita, entendemos que a proposição da forma que se apresenta possui vício de iniciativa por entrar nas atribuições exclusivas do chefe do Poder Executivo, devendo ser integralmente vetada na forma do Art. 83 § 2º da lei Orgânica do Município de Vitória.

É o parecer.

Vitória-ES, 11 de dezembro de 2018.



RUBEM FRANCISCO DE JESUS
PROCURADOR GERAL



**Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo
Departamento Legislativo**

Sr. Diretor,
Encaminhado para Expediente Externo
O Veto referente ao
Autógrafo de Lei nº _____
em anexo: Em, ____/____/20____

Funcionário

INCLUIDO NO EXPEDIENTE EXTERNO
Em, ____/____/20____

Diretor/DEL

Ao DEL
Para providenciar os demais encaminhamentos
Regimentais relativos ao presente processo.
Em, ____/____/20____

Presidente

